

Auc

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

A estagnação do Brasil

Ainda que graves, não são os problemas conjunturais da economia os que mais preocupam. As altas taxas de inflação, a queda no índice de emprego, o impasse na questão da dívida externa, as incertezas que cercam a atuação de um governo permeável a pressões políticas e fraco no encaminhamento de suas estratégias, são sem dúvida aspectos dramáticos, numa situação de grande incerteza quanto ao que irá ocorrer a curto prazo.

Mas o que está em jogo, no momento, é algo ainda mais sério do que isso. É todo o futuro do país, todo um projeto de industrialização e desenvolvimento que parecem repentinamente ameaçados. O grande esforço de modernização das últimas décadas poderá perder-se em pouco tempo, se prevalecer o clima de completo irracionalismo econômico que, em meio à demagogia de alguns setores sociais, à irresponsabilidade de lideranças políticas e ao imobilismo do presidente Sarney, vai-se manifestando com vigor crescente.

Um verdadeiro sistema de preconceitos e de leviandades organizou-se à sombra de palavras de ordem presumivelmente progressistas. Sob o lema do nacionalismo, ressuscita-se a mais tola xenofobia; em nome dos direitos dos trabalhadores, renega-se qualquer princípio de bom senso financeiro; na defesa do papel regulador do Estado, sacraliza-se a burocracia, o desperdício e a incompetência; fala-se na proteção à tecnologia nacional e, em vez de fortalecer o ensino e a pesquisa, arma-se uma máquina de privilégios para a pirataria e a obsolescência; o estímulo ao investimento se torna pretexto para um conjunto de isenções e casuísmos fiscais, num convite à fraude e à ineficiência; a proteção ao mais fraco se torna a proteção ao mais esperto.

A América Latina apresenta vários exemplos de países em que, depois de um período razoavelmente longo de prosperidade, sobreveio a estagnação. Há sete anos o Brasil vem ameaçando repetir esse percurso. Com breves surtos de euforia, sobre um pano de fundo de retração dos investimentos, desestímulo ao capital externo, incerteza política e inflação descontrolada, o país arrisca-se a comprometer todo o progresso que já alcançou.

O contraste com os países do sudeste asiático torna-se a cada dia mais flagrante. Sem dúvida, pode-se sublinhar toda uma série de diferenças e especificidades econômicas, históricas e sociais, que tornariam perigoso um paralelo simplista. Mesmo assim, uma política de decisiva e contínua modernização do parque produtivo e de inteligente apropriação da tecnologia estrangeira foi empreendida. Aqui, a dura perspectiva que se coloca é a do sucateamento da indústria e da marginalização do país em face do sistema internacional, num quadro irresolvido de desigualdade social e carência tecnológica.

É uma nova revolução econômica que se impõe realizar no país. Mudanças estruturais urgentes têm sido adiadas por irresponsabilidade e preconceito. O atual sistema tributário faz coincidir a ineficiência, a

complexidade e a injustiça social. O Estado brasileiro paralisa-se na mais estreita resistência à privatização. Preservando tudo que tem de supérfluo e ineficiente, é incapaz de modernizar-se naquelas áreas de atividade econômica onde sua presença é realmente necessária. A autoridade financeira sofre todos os absurdos de uma gestão estruturalmente submissa a pressões políticas e a procedimentos antieconômicos. O preconceito contra a liberdade de mercado recobre o sistema produtivo com as mais gritantes distorções e a mais profunda incerteza.

Completando todo um projeto de destruição da economia brasileira, e elevando-o à máxima potência, o radicalismo contra o capital estrangeiro representa uma ameaça especialmente violenta. Não se pode aceitar que, no estágio já alcançado pelo país, uma política de verdadeira autarquização econômica venha agora a se implantar. Conscientemente ou não, é para este sentido que se dirigem as atividades de setores influentes do Congresso constituinte.

É simplesmente absurdo que, num país com insuficiente poupança interna, com uma necessidade aguda de investimentos em todas as áreas de atividade, pretenda-se inibir a importação de capitais. Verificou-se amplamente o impacto desastroso da transferência de recursos para o pagamento da dívida. Está presente, aliás, a ameaça de uma evasão de capitais, tanto externos como internos, para países com maiores possibilidades de investimento. Não haverá condições de garantir uma qualidade mínima de vida à população, no que tange a transporte, saúde, comunicações, produção de alimentos ou qualquer outra área, se se desestimula o investimento. Assim, não se trata apenas de uma decisão entre desenvolvimento industrial e estagnação; suas consequências estendem-se ao próprio tema do progresso e da justiça social.

Num quadro de absoluto desentendimento e preconceito, em que a questão da dívida externa — para citar apenas um exemplo — é tratada com um misto de má fé e ingenuidade (pois se pretende conseguir o máximo de vantagens sem oferecer nenhuma compensação palpável, sem tocar em nenhum dos tabus da xenofobia e do delírio estatizante), o futuro do país a longo prazo se reveste dos prognósticos mais sombrios. O Brasil caminhará rumo a uma verdadeira tragédia econômica e social, se este ambiente de obscurantismo e desvario permanecer por mais tempo.

O Congresso constituinte tem um papel fundamental a cumprir neste ponto. Mas não é exclusivamente sua a responsabilidade sobre o que poderá acontecer. Ainda uma vez, cabe ao próprio presidente — imerso na questão menor de seu mandato, hesitante quanto a decisões básicas para o desenvolvimento brasileiro, reticente em encaminhar reformas fundamentais para a organização da economia — optar entre uma conduta de omissão e a exigência de assumir de fato os deveres de um presidente da República.